

**PROGRAMA DO CURSO EM DIREITO DA ENERGIA E
SUSTENTABILIDADE – 100 HORAS**

Módulo I – Geopolítica, Evolução do Direito Constitucional e Agências Reguladoras do Setor de Energia (10 horas)

I – Introdução

II - Aspectos geopolíticos mundiais e nacionais – a evolução do setor energético

III - Evolução constitucional e legal sobre as questões ambiental e energética no Brasil

IV - As agências reguladoras do setor de energia

4.1. ANEEL

4.2. ANP

Módulo II – Sustentabilidade e as Matrizes Energéticas submetidas à ANEEL: Hidrelétricas, PCH, Termoelétricas, Nuclear e Energias Alternativas (35 horas)

I – Introdução

II – A sustentabilidade na cadeia de produção e uso da energia

III – A energia elétrica e sua produção, transmissão e distribuição

3.1. A geração da energia elétrica e os desafios do uso das fontes renováveis

3.2. A transmissão e distribuição de energia elétrica

3.3. Aspectos socioambientais dos empreendimentos de energia

IV – A energia elétrica gerada pelas usinas hidrelétricas e pelas PCH – pequenas centrais hidrelétricas

4.1. Introdução

4.2. Considerações técnicas sobre a produção de energia elétrica nas centrais hidrelétricas

4.3. Impactos ambientais das centrais hidrelétricas

V – As centrais termoelétricas de geração de energia

5.1. Introdução

5.2. Impactos ambientais das centrais termoelétricas

VI – Energia nuclear/atômica e sua produção como matriz energética

6.1. Introdução

6.2. Produção e a estrutura da energia nuclear

6.3. Legislação brasileira sobre a energia nuclear

VII – A energia eólica e sua fonte de produção

- 7.1. Introdução
- 7.2. A estrutura para a geração da energia eólica
- 7.3. Impactos socioambientais da energia eólica
- 7.4. Legislação aplicável à energia eólica no Brasil

VIII – A energia solar fotovoltaica e sua geração

- 8.1. Introdução
- 8.2. Aspectos socioambientais da energia solar

IX – A biomassa e sua produção como matriz energética alternativa

- 9.1. Introdução
- 9.2. As modalidades de biomassa e a geração de energia

Módulo III – Sustentabilidade e as Matrizes Energéticas submetidas à ANP: Petróleo, Gás Natural, Pré-sal e Biocombustíveis (30 horas)

I – Introdução

II – Sustentabilidade, os combustíveis fósseis e os biocombustíveis

III – O petróleo, sua extração e a produção energética

- 3.1. Introdução
- 3.2. Extração de petróleo e suas características principais
- 3.3. A indústria do petróleo no Brasil
- 3.4. Áreas do setor petrolífero e os derivados de petróleo
- 3.5. Legislação aplicável ao petróleo no Brasil

IV – O gás natural, sua produção e matriz de energia

- 4.1. Introdução
- 4.2. A produção, o uso e questões de mercado energético
- 4.3. Estrutura do Gás Natural no Brasil
- 4.4. Legislação aplicável ao Gás Natural no Brasil

V - O pré-sal e os processos para exploração no Brasil

- 5.1. Introdução
- 5.2. A exploração do pré-sal em águas brasileiras
- 5.3. O Marco Regulatório do Pré-sal
 - 5.3.1. Introdução
 - 5.3.2. A regulação do pré-sal e os desafios para implementação

VI – Os biocombustíveis como matriz energética

6.1. Introdução

6.2. O etanol e o biodiesel como recursos energéticos e sua produção

6.3. Legislação dos biocombustíveis no Brasil

Módulo IV – Tributação, Direito Ambiental, Regulação, Desenvolvimento Econômico e Proteção ao Consumidor no Setor de Energia (25 horas)

I – Introdução

II – Tributação do setor de energia

2.1. Tributação da energia elétrica

2.2. Tributação do petróleo e derivados

2.3. Jurisprudência dos Tribunais sobre tributação da energia no Brasil

III – Direito Ambiental e a Sustentabilidade

3.1. Princípios ambientais constitucionais

3.2. Direito ao Desenvolvimento sustentável

3.3. Jurisprudência dos Tribunais sobre Direito Ambiental e Energia

IV – Direito do Desenvolvimento Econômico

4.1. Regulação do setor de energia no Brasil

4.2. Desenvolvimento econômico do setor energético

4.3. Jurisprudência dos Tribunais em regulação e desenvolvimento econômico

V – Proteção ao Consumidor

5.1. Relação de consumo com as concessionárias de energia elétrica

5.2. As distribuidoras de combustíveis e o consumidor

5.3. Jurisprudência dos Tribunais sobre proteção do consumidor no setor energético